

POLÍTICAS PÚBLICAS NA ATENÇÃO À CRIANÇA HOSPITALIZADA: GESTÃO DOS SERVIÇOS

Jackson Ibrain Mafra

Greyce Natana Veber

Juliana Esperandio

Maria Isabel Fontana

Vanusa Oliveira Moreira

RESUMO: As Políticas Públicas são definidas como um conjunto de ações e decisões do governo, voltadas para a solução de problemas sociais tendo a participação popular importante participação na sua construção. A política de gestão por sua vez, oferece a base para a formulação de Políticas Públicas, as quais se dão através da formação da agenda, elaboração de políticas, processo de tomada de decisões, implementação e avaliação. Esse processo é realizado de forma lenta, o que resulta frequentemente em demora na implementação de novas Políticas Públicas. A criação do Sistema Único de Saúde (SUS), é considerado um marco importante na consolidação das Políticas Públicas em Saúde, fruto de lutas da sociedade ao reivindicar melhorias na saúde. Desta forma o objetivo deste estudo foi refletir sobre as Políticas Públicas na atenção à criança hospitalizada e gestão dos serviços. No contexto histórico, a criança nem sempre foi considerada como um ser biopsicoespiritual e cidadão digno de proteção do governo e sociedade. Além disso crianças eram tratadas como adultos, não levando em consideração os aspectos relacionados ao crescimento e desenvolvimento mesmo em situações de hospitalização. Assim foi somente ao longo da história que timidamente as Políticas Públicas voltadas à criança se delinearam, tendo como primeiras conquistas a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o Programa Nacional da Atenção Integral à Saúde da Criança (PNAISC). Atualmente as políticas públicas de saúde na infância materializam-se com a saúde da criança, pré-natal, atendimento médico-hospitalar, aleitamento materno, campanhas de vacinação e o atendimento no Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) infantil. No entanto, a falta de ações específicas voltadas para crianças hospitalizadas evidencia muitas hospitalizações por causas evitáveis, como afecções respiratórias, doenças infecciosas ou parasitárias, doenças do sistema digestivo e geniturinário. Isso indica que estratégias precisam ser implementadas por meio de Políticas Públicas, de forma a promover ainda mais a redução nas causas que levam ao adoecimento infantil, uma vez que as crianças devem ser consideradas como prioridade absoluta, merecedoras de proteção integral por parte da família, da sociedade e do Estado.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas Públicas. Gestão. Criança Hospitalizada.